

# ELAS FORAM À LUTA: MULHERES MILITANTES EM PERNAMBUCO NA DITADURA MILITAR

v. 12 n. 24 (2024): BILROS 2024.1

**HEMILLY SUENNY DA SILVA**

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História. Graduanda do nono período em Licenciatura em História e Bolsista de Iniciação científica da Facepe. E-mail: hemilly.suenny@ufpe.br

**A ELAS FORAM À LUTA: MULHERES MILITANTES EM PERNAMBUCO NA  
DITADURA MILITAR**

**THEY PUT UP A FIGHT: ACTIVIST WOMEN IN PERNAMBUCO DURING THE  
MILITARY DICTATORSHIP**

**Hemilly Suenny da Silva**

**RESUMO**

Com objetivo de contribuir com a História das Mulheres e com a História da Educação no Brasil, este artigo explora a trajetória de (auto)formação de cinco mulheres que enfrentaram o regime ditatorial brasileiro, com o objetivo de entender como suas experiências pessoais e contextos adversos influenciaram seu processo de formação. Investigando a forma como essas mulheres lidaram com a repressão e as violações de direitos, buscamos revelar como fatores como a influência familiar, as filiações ideológicas e as circunstâncias de sua vida moldaram suas trajetórias. Foram utilizados documentos históricos, incluindo prontuários e processos de indenização, localizados no acervo da Comissão da Verdade no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Pernambuco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar. Mulheres. Pernambuco.

**ABSTRACT**

To contribute to the history of women and the history of education in Brazil, this article explores the (self)formation journey of five women who faced the Brazilian dictatorial regime, aiming to understand how their personal experiences and adverse environments influenced their educational process. By investigating how these women dealt with repression and rights violations, we seek to unravel how factors such as family influence, ideological affiliations, and life circumstances shaped their trajectories. Historical documents were utilized, including records and compensation processes, found in the collection of the Truth Committee at the Jordão Emerenciano State Public Archive in Pernambuco.

**KEY WORDS:** Military Dictatorship. Women. Pernambuco.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho decorre do projeto de iniciação científica intitulado “Mapeamento dos percursos (auto)formativos de mulheres presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime militar em Pernambuco”, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenado pela professora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e financiado por meio do edital Universal MCTI/CNPq 2021. O projeto visa explorar a trajetória de (auto)formação e militância política de mulheres que foram presas e/ou perseguidas no estado de Pernambuco durante o regime militar.

Durante o período de 1964 a 1985, o regime militar no Brasil impôs um autoritarismo que restringiu severamente as liberdades civis e políticas. Em meio a esse cenário de repressão, as mulheres desempenharam papéis cruciais na resistência ao regime, desafiando as normas tradicionais e as restrições impostas pelo Estado. Segundo a historiadora Ana Maria Colling (1997), as mulheres que participavam desses movimentos políticos cometiam um ato ainda mais transgressor, porque, além de se rebelarem contra o regime golpista vigente, também desafiavam o papel socialmente destinado à mulher: o de dona de casa submissa, confinada ao espaço privado.

Os movimentos de resistência emergiram como ambientes importantes para a (auto)formação e a construção de identidades políticas, oferecendo espaços para que essas mulheres articulassem estratégias de oposição e mobilização. A presente pesquisa investiga como a influência familiar, as filiações ideológicas e as condições de vida durante o regime moldaram as trajetórias dessas mulheres. Além de suas experiências compartilhadas de cárcere e exílio, o estudo busca entender o impacto dessas vivências na formação pessoal e política dessas ativistas.

Dessa forma, durante o desenvolvimento da pesquisa o processo de formação foi entendido não apenas como fruto da educação formal, mas como sendo constituído de diversas experiências formais e informais. Neste sentido os percursos formativos que aconteceram de maneira individual e/ou na coletividade, fora do âmbito escolar, foram considerados como elementos de suma importância para a formação política de cada um dos militantes presos e perseguidos. Apesar da formação escolar ser predominante, há outras formas educacionais e formativas que servem para construção de identidades políticas e militantes. Entende-se a

educação então como “uma arma política nos processos de transformação social” (Vieira; Lage, 2012, p. 03). Através dessas outras maneiras que as mulheres utilizaram para se organizarem e enfrentarem a violência do regime militar.

O mapeamento das trajetórias individuais dessas mulheres permite uma análise mais detalhada dos processos de resistência e autoformação em contextos adversos. A partir da revisão dessas experiências, este trabalho contribui para uma compreensão mais profunda da luta pela democracia e pelos direitos humanos no Brasil, destacando o papel fundamental desempenhado por mulheres na resistência ao autoritarismo.

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento da presente pesquisa teve como base a pesquisa documental e bibliográfica, visando aprofundar o conhecimento acerca do objeto em questão, qual seja, a trajetória de mulheres presas e perseguidas durante o regime político civil militar em Pernambuco. A pesquisa documental consistiu na investigação e mapeamento das mulheres presas e/ou perseguidas, utilizando-se das documentações disponíveis no acervo digital do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - PE, em específico nos registros do acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e na Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara.

Paralelamente, a pesquisa bibliográfica constituiu outra vertente essencial deste estudo. Nessa etapa, foram analisados livros, artigos, textos, teses e dissertações que abordam o contexto histórico e a participação feminina na militância política durante o período ditatorial. Sendo assim, foram consultadas as produções da Ana Maria Colling (1997).

## **DESENVOLVIMENTO**

No desenvolvimento da pesquisa, foi dedicado um tempo a examinar as histórias relatadas por essas mulheres militantes por meio dos prontuários policiais, descobrindo memórias que remontam épocas politicamente difíceis e a relação que o período do regime militar teve com a formação política dessas mulheres, pois, foi através das práticas de luta e resistência que elas se fizeram presentes. Nesse contexto, o movimento estudantil foi importante no processo de desenvolvimento dessa investigação, pois mostra a conexão entre o âmbito

educacional e político na formação dessas mulheres. Em Pernambuco, parte das mulheres deu início a sua militância política ainda dentro dos movimentos estudantis.

O movimento estudantil foi um dos pioneiros no enfrentamento ao governo autoritário dentro das universidades como também na atuação dos estudantes secundaristas, esses espaços se mostravam como locais de “engajamento social, de redes de sociabilidade e mobilização, doutrinação intelectual, e dentre outros, de enfrentamento e luta de classe” (Lacerda, 2017, p. 14). Isso devido ao contato que esses estudantes tinham com produções intelectuais de esquerda e na concentração de jovens interessados nas questões políticas e sociais. Dentro dos movimentos estudantis existiam discussões de pautas mais específicas como às reformas educacionais e a preocupação com as demandas mais amplas contra a ditadura. Exemplo dessa conexão é a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que reuniu estudantes femininas dos mais variados cursos para a realização do 30º Congresso em 1968, no interior paulista, com o intuito de restabelecer a atividade, mas nesse dia as militantes acabaram sendo presas e fichadas.

Além disso, o movimento estudantil desempenhou um papel fundamental no que diz respeito à consciência política das mulheres visto que foi daí que muitas ingressaram na militância dos partidos políticos posteriormente. Jovens militantes que tiveram seu processo (auto)formativo dentro das organizações estudantis e clandestinas na luta contra o regime militar como os casos de Dulce Pandolfi, Maria Tereza Lemos Villaça e Helena Serra Azul Monteiro.

## **DULCE CHAVES PANDOLFI**

Dulce Pandolfi, nascida em 14 de julho de 1948, em Recife. Vinda de uma família de classe média alta, tem seu primeiro contato com as causas políticas ainda enquanto jovem estudante secundarista por influência de seu pai que era um liberal de esquerda e professor universitário. Dulce relembra do período em que antecedeu o golpe como:

[...] um momento muito rico e que eu acho que produziu muitos efeitos em mim: esta preocupação com o social, essa vontade de participar, eu lembro das eleições, das campanhas, como aquilo me mobilizava, assim como o próprio governo Arraes (Dulce Pandolfi, 2011 apud Rodeghero; Machado, 2017, p. 40).

A ampliação de sua militância acontece quando ingressa no curso de Ciências Sociais, e fez Sociologia, oferecido pela Universidade Federal de Pernambuco (Silva, 2017). Nesse período, teve contato com o movimento estudantil e seguiu na militância participando do diretório estudantil, onde em foi em 1968, secretaria geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, ingressando tempos depois na ALN – Aliança Libertadora Nacional. Por conta de suas atividades a clandestinidade surge como única opção em 1969.

No início dos anos 1970, aos 20 anos, foi perseguida pelos órgãos de repressão e fugiu de Recife para o Rio de Janeiro. Poucos meses depois, foi presa e levada ao DOI-CODI no Rio de Janeiro. Em seu processo, constam acusações de subversão, terrorismo, participação em expropriações de carros e assaltos a bancos. Durante os mais os meses de detenção, foi submetida a diversas formas de tortura. Em entrevista concedida ao Projeto Marcas da Memória, ela relata sobre a escolha de ser torturada:

Acho que eles tinham um ódio especial pelo fato de ser mulher. Por ter tudo para não estar ali, era uma das coisas que eles falavam muito “Você é uma pessoa que tinha tudo para não estar nisto, como é que você estava nisto? Com uma Família toda legal!” (Sousa, 2016, p. 21).

Em depoimento para Comissão Nacional da Verdade do Rio de Janeiro, Dulce conta que fez parte de uma geração que lutou e sonhou por mudanças “Queríamos romper com as tradições, acabar com miséria e com as injustiças sociais, reformar a universidade, derrubar a ditadura, enfim, queríamos transformar o Brasil e o mundo” (Pandolfi, 2013, p. 2-3).

Dulce ficou presa por um ano e quatro meses, sendo transferida em 1971 para a Colônia Penal do Bom Pastor. Permaneceu na Colônia até dezembro do mesmo ano, quando, devido à ausência de julgamentos concluídos nos vários processos que enfrentava, conseguiu ser libertada por meio de um recurso jurídico conhecido como “relaxamento de prisão preventiva”. Anos depois foi absolvido pela Justiça Militar.

Após esse período sombrio da história brasileira, Dulce continua sua trajetória de luta, tanto por meio de publicações sobre a história política do Brasil, quanto pela incansável denúncia das violências cometidas pelo Estado nas décadas de 1960 a 1980 (Silva, 2017).

## MARIA TERESA VILLAÇA

Para Maria Teresa Villaça, nascida em Gravatá município do estado de Pernambuco em 15 de outubro de 1945, o seu despertar para as causas políticas começa ainda jovem quando viajava com seu pai e durante as andanças pela Zona da Mata pernambucana se deparava com as desigualdades sociais que assolavam o povo, principalmente, os trabalhadores rurais.

Em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello em 2017, Teresa relata sobre como estava o contexto pernambucano na militância durante o período de repressão:

Tinha gente do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, tudo estudante que ia para a universidade no Recife. A cidade era um polo, de militância contra a ditadura militar. Gente do Ceará, da Paraíba, de vários lugares iam atuar no Recife. A capital pernambucana era o centro econômico, social, cultural do Nordeste. Muitas dessas pessoas romperam com o PCB e foram participar do movimento armado (Mello, 2020, p. 19).

Mas é ao entrar no curso de História que inicia de fato sua militância fazendo parte do movimento estudantil da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, chegando a ser eleita em 1965 vice-diretora do Diretório Acadêmico. Nesse período, ao participar das atividades de militância já recebia “recados dos órgãos de repressão para que “mudássemos de comportamento” sob pena de sofrer represálias” (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; Processo de indenização de Maria Teresa Villaça, 2011, p.13). De acordo com Silva (2017), Maria Teresa Villaça após concluir seu curso segue para trabalhar na Zona Canavieira de Pernambuco na organização do movimento de mulheres e da associação de jovens ligados ao PCB. Posteriormente, passou a integrar Aliança Libertadora Nacional.

Depois de entrar para a ALN, sua atuação passou a ser clandestina, o que levou à sua prisão em março de 1970 e condução à Secretaria de Segurança Pública. Em seu depoimento, registrado no processo de indenização, ela relata como foi o período em que esteve detida.

Onde fomos submetidos a esbofeteamentos, empurrões e terríveis pressões psicológicas, chegando a necessitar de cuidados médicos, presenciando e sofrendo torturas a que eram submetidos cada um dos companheiros. Sendo no momento dos fatos a única pessoa de Pernambuco e conhecida pela participação no ME, sofri todo tipo de interrogatórios acerca de padres do Recife, integrantes de movimento estudantil secundarista e universitário desde 1964

(ano que entrei na faculdade) e acerca de intelectuais professores. (Prontuário individual de M<sup>a</sup> Teresa Vilaça, 1974).

Em 1970, é transferida para o presídio do Bom Pastor, onde foi condenado a 10 anos de prisão, acusada de participar no assalto a uma agência do Banco Financial de Cavaleiro e de prestar colaboração ao Partido Comunista Brasileiro (PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Maria Teresa Vilaça). No entanto, ao recorrer da sentença, conseguiu reduzir a pena para cinco anos de prisão e teve seus direitos políticos suspensos por seis anos. Em 31 de maio de 1974, conseguiu a liberdade condicional (Soares, 2019, p. 54).

Ao retornar à casa de seus pais, estava determinada a seguir em frente, então retomou os estudos, completou uma pós-graduação em Educação e se tornou professora. Ao longo dos anos, lecionou em diversas faculdades, nas áreas de Metodologia, Turismo e Pedagogia, e se dedicou à educação de jovens e adultos, colaborando com prefeituras e movimentos sociais.

## **HELENA SERRA AZUL MONTEIRO**

Já a militante Helena Serra Azul Monteiro, nascida em Fortaleza no ano de 1947, teve uma ampliação de sua atuação política em oposição à ditadura militar após ingressar na Universidade Federal do Ceará (UFC) e se envolver com a defesa dos direitos estudantis e políticos ao se juntar à Ação Popular (AP). De acordo com Araújo (2022), foi através dessa participação na organização que iniciou sua interação com estudos referentes ao Marxismo considerado subversivo pelo regime militar.

Helena em entrevista concedida a professora Fátima Maria Leitão Araújo (2017), relata sobre sua atuação junto à Ação Popular:

Ação Popular era uma organização que lutava contra a ditadura militar, mas não só contra a ditadura, ela se colocava também na perspectiva de uma sociedade socialista. E aí a gente começa a discutir a questão do modelo da revolução que era o modelo maoísta [...]. Estudamos muitos textos... os clássicos: Marx, Lênin e muita coisa do Mao Tsé-Tung. E a gente achava que o Brasil tinha um modelo mais parecido com a China, pelo número da população e tal. E a AP foi muito maoísta mesmo e, em cima disso, ela chegou a montar uma tática e uma estratégia de luta para o movimento estudantil. Mas isso aí foi acontecendo também simultaneamente com a repressão. Então, por exemplo, eu participei em 67 e 68... e em 68

quando vem o AI-5 [...]. Até 68 estávamos todos só no movimento estudantil e, lógico, em uma organização que tinha uma outra perspectiva (Araújo; Oliveira, 2017, p. 9).

Posteriormente, devido ao aumento da perseguição em 1968, Helena tornou-se clandestina e se mudou para Pernambuco, onde passou a atuar nas Ligas Camponesas. Devido ao seu envolvimento foi presa no Recife, em 1969, grávida de dois meses. Em Depoimento realizado para o curta "Vou contar para os meus filhos" de 2011, descreve como foi o período em que esteve presa.

(...) eu lembro do meu julgamento (...) a acusação do promotor foi toda na questão de eu ser mulher, por que não tinha no nosso processo muita coisa, por exemplo, ele não descobriu nada da minha participação no movimento estudantil aqui, nada! Eles não tinha referência nenhuma. O que eles tinham é que eu tinha sido presa na Zona da Mata, por que tava trabalhando, fazendo levantamento, inclusive em cima do movimento do pessoal da Zona da Mata que tinha resistido à ditadura e tudo. E ele faz exatamente isso, o meu julgamento é em cima que eu era irresponsável, quer dizer é uma inversão, eu era irresponsável, além de eu ser mulher, ele inclusive diz isso, tá grávida de dois meses e submete o filho a isso aí (...) (Rocha, 2013).

Essa declaração revela o que a historiadora Ana Maria Colling (1997), apresenta como dupla transgressão. Dentro do contexto das organizações de esquerda durante o regime militar, as mulheres que se engajavam nessas atividades eram vistas pelos agentes da repressão como infratoras dos padrões patriarcais tradicionais, que impunham à mulher um confinamento ao espaço doméstico. Esse envolvimento na resistência política, portanto, não era apenas uma forma de oposição ao regime autoritário, mas também uma violação das normas sociais que restringiam o papel das mulheres na sociedade. Essa dupla transgressão tornava as mulheres que participavam da oposição ainda mais vulneráveis a uma ampla gama de punições e violências por parte do aparato repressivo estatal. A atuação dessas mulheres, ao desafiar tanto a estrutura política quanto as normas de gênero, expunha-as a uma repressão intensificada. (Santos, 2022).

Helena Serra Azul, apesar de grávida, não sofreu torturas físicas diretas. Em vez disso, enfrentou um tormento psicológico severo, sendo obrigada a assistir à tortura de seu marido, Chico, participar de intermináveis interrogatórios durante as madrugadas e sofrer com a privação constante de sono. Em relato ao documentário, Helena conta sobre esses tempos:

Eu vivi dois momentos muito pesados em relação a repressão. Uma das vezes foi quando eu fui presa e eu estava grávida, foi em Recife e uma das torturas que eles usaram, eu não gosto nem de falar de tortura que é um negócio baixo

astral, foi ameaçar de aborto, que é uma ameaça de gênero, de sexo, porque quem engravida é a mulher, então eles ameaçavam de aborto, nos interrogatórios de madrugada, me deixavam sem dormir, torturavam o Chico(marido) na minha frente (Helena Serra Azul, Fortaleza-CE, 14/05/2013).

Após quarenta dias de prisão no DOPS-PE, Helena Serra Azul conseguiu ser transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor, graças à intervenção de seu pai, que tinha influência na Secretaria da Fazenda do Ceará, e ao apoio do padre Dom Basílio Penedo, que, sensibilizado pela situação de Helena durante uma visita ao DOPS-PE, interveio em seu favor (Silva, 2017, p.100). Na Colônia Penal, Helena deu à luz seu filho, Manoel. No entanto, quando Manoel tinha apenas oito meses, Helena foi forçada a se separar dele devido a problemas de saúde graves que o bebê enfrentava, incluindo crises convulsivas e cardíacas. Dada a dificuldade de tratamento no Recife, Manoel foi transportado para Fortaleza, onde ficou sob os cuidados dos avós paternos e maternos.

Após dois anos, Helena Serra Azul Monteiro obteve um alvará de soltura e retornou à sua cidade natal. Inicialmente condenada a cinco anos de prisão pela Justiça Militar em 18 de junho, a pena foi reduzida para dois anos em 27 de setembro de 1971, após revisão pelo Superior Tribunal Militar. Helena foi finalmente libertada em 4 de outubro de 1971.

No ano de 1973, concluiu sua graduação em Medicina. No entanto, assim como tantas outras militantes femininas em Pernambuco que sobreviveram aos horrores sofridos nas prisões, continuou no enfrentamento do regime militar, agora ligada ao PCdoB e participando das Diretas Já. Sua trajetória de militância culminou na atuação como membro da Comissão Nacional da Verdade do Ceará, onde investigou as violações dos direitos humanos cometidas por agentes do Estado durante a ditadura (Araújo; Oliveira, 2017, p. 9).

A entrada no movimento estudantil para essas mulheres possibilitava uma nova visão do mundo, um despertar para as realidades que as cercavam como é possível perceber na trajetória de Helena Serra Azul Monteiro. As militantes participavam de algumas ações que aconteciam como forma de denunciar o regime autoritário, por exemplo, as entrega de boletins e folhetos, e pichações com slogans como “Abaixo a ditadura militar! (sic), —Fora Rockefeller!” e “Abaixo o imperialismo americano”. Além disso, estavam presentes na liderança das entidades como Dulce Pandolfi citada anteriormente, que enquanto estudante do segundo ano de Ciências Sociais, trabalhando como secretária geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, DCE. Tudo isso contribui para o processo

de formação político e educacional que constitui essas mulheres e o desenvolvimento de suas potencialidades emancipadoras.

Além da contribuição do movimento estudantil, essas mulheres encontraram outros meios para desenvolver os seus processos de (auto)formação política. É dentro desse contexto de engajamento nos movimentos políticos e sociais que diferentes trajetórias são construídas, distintas identidades militantes e distintas formas de exercer sua militância, de acordo com os diversos períodos e espaços. Para muitas mulheres que estiveram participando ativamente na oposição ao regime ditatorial, a sua vida política foi se construindo a partir de suas experiências, das leituras realizadas e das relações de sociabilidade desenvolvidas ao longo dela. Nesse sentido, faz necessário pensar nas diferentes formas desenvolvidas, mas que possuíam uma preocupação em comum, a busca pelo restabelecimento dos direitos democráticos.

A exemplo disso está a atuação dentro dos partidos e movimentos políticos de oposição à ditadura, parte dessas mulheres que foram identificadas durante o mapeamento tiveram contato com a militância partidária a partir do estabelecimento das relações de sociabilidade com as outras colegas de curso, e dessas relações, interessavam-se pelas pautas e se vinculavam aos partidos. Em outras palavras, a entrada nas organizações de esquerda dava-se, sobretudo, através dos vínculos estabelecidos com amigos e lideranças. Caso como esse podem ser identificados na militante Yara Lúcia Brayner Mattos.

## **YARA LÚCIA BRAYNER MATTOS**

Pernambucana, nascida em 13 de abril de 1941, filha de Euclides Brayner e Ismailia Albert Brayner. Desde que nasceu até os dois anos de idade morou no bairro da Boa Vista, localizado na área central do Recife, junto aos seus avós maternos, pais e com sua irmã mais velha. Viveu uma infância calma apesar das mudanças para diferentes cidades devido ao trabalho do pai. De família de classe média, estudou em um colégio de freiras e concluiu o ginásio no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa.

De acordo com (Barreto, 2022), ela enfrentou uma educação rigorosa, com forte base religiosa cristã e onde a transmissão de um pensamento anticomunista estava presente. Yara relata que devido a essa formação rigorosa ainda na adolescência levou – a as mobilizações sociais e políticas.

Havia uma outra coisa também que me desperta muito. Acho que o colégio de Feira foi o ponto de partida para uma reação a uma posição conservadora, Tradicional. Eu sempre fui uma pessoa de ler muito. Muito. Ler tudo que Passava. Eu lembro que na infância, minha leitura predileta foi Monteiro Lobato. E Monteiro Lobato foi escritor condenado pela igreja pelas suas Posições de defesa da soberania nacional. (Yara Brayner, 1986).

Enquanto ainda residia na capital paraibana, Yara se envolveu intensamente em movimentos estudantis, onde começou a desenvolver um interesse por atividades políticas mais amplas (Santos, 2016). Ao terminar o secundário, retornou para o Recife e ingressou no curso de Nutrição. Durante o tempo de estudante universitária, Yara permaneceu interessada pelas questões política e aprofundou o seu envolvimento. Participou da formação do Centro Acadêmico da Faculdade que na época estava se consolidando e ajudou na eleição para presidente do Centro Acadêmico.

Durante sua participação no movimento estudantil, ela conheceu Mário Campos Mattos, que na época era presidente do Diretório da Faculdade de Engenharia e mais tarde se tornaria seu primeiro marido. Foi também nesse período que Liana Maria Aureliano a convidou para trabalhar no Projeto de Educação para Adultos feito pelo Movimento de Cultura Popular. Yara aceitou o convite e continuou envolvida no projeto até a conclusão de seu curso superior. É através do ambiente de trabalho que a sua rede de sociabilidade se expande e os seus interesses políticos também. Durante esse período, participou ativamente da campanha para eleger Arraes a governador.

No seu processo de formação e construção da identidade militante, atuou também ativamente nos movimentos políticos ao ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB), estava presente nas ações das Sociedades dos Amigos dos Bairros, também se envolveu no comício pró-reformas, junto com lideranças camponesas e com Gregório Bezerra. Também participou ativamente da campanha para eleger Miguel Arraes como governador de Pernambuco. Além disso, ministrou curso sobre Marxismo na Zona da Mata Sul, mas ao perceber que essas discussões estavam fora da realidade dos moradores que necessitava de outras abordagens, propôs uma nova abordagem ao PCB que consistia na divulgação, formação e organização do partido (Barreto, 2022, p.95).

O regime ditatorial é implantado, e apenas após 10 dias desse acontecimento, Yara é presa para averiguações relacionadas ao envolvimento com atividades subversivas. Sendo conduzida para a Secretaria de Segurança Pública e passou dez dias detida na sala do delegado.

Durante esse intervalo, Yara foi submetida a práticas de tortura psicológica, com o intuito de forçá-la a revelar informações sobre o paradeiro de figuras políticas que se encontravam em esconderijo.

Conforme relatado por Barreto (2022), Yara enfrentou acusações de ter removido um mimeógrafo do Movimento de Cultura Popular, que continha material considerado “subversivo”. Essa ação levou à sua inclusão entre os acusados de incitar a rebelião. Adicionalmente, Yara foi acusada de integrar a Sociedade Cultural do Brasil-URSS. Em 1962, no contexto dessas acusações, ela assinou o “Manifesto ao Povo”, onde expressou solidariedade ao povo cubano e defendeu a não intervenção de potências estrangeiras em Cuba (Pernambuco, 1964 *apud* Barreto, 2022).

Mesmo após a prisão Yara se manteve ativa e continuou firme na militância na política e na luta contra o regime ditatorial. Se dedicando ao trabalho de assistência a presos políticos, realizando visitas frequentes às prisões no intuito de diminuir o sofrimento causado nos detidos e torturados. Yara volta a ser presa, em 1969 no Rio de Janeiro. Sendo acusada de ser mensageira dentro do movimento político e por estabelecer comunicação entre o Nordeste e o Sul do país. Entretanto, foram esses acontecimentos que a forjaram como militante e que contribuíram para que ela permanecesse na militância posteriormente.

### **ALEXINA LINS CRESPO DE PAULA**

Em outros casos, é possível observar que veio inicialmente sendo tecidas suas formações políticas através da influência dos pais, familiares, companheiros e amigos que já possuíam envolvimento com as questões político-sociais. Um exemplo ilustrativo dessa trajetória é a de Alexina Lins Crespo de Paula, uma revolucionária e guerrilheira pernambucana nascida em 30 de junho de 1926, na cidade de Recife, em Pernambuco. Sua infância foi relativamente tranquila para uma criança de classe média da região. A educação de Alexina foi tradicional e de orientação católica, sendo moldada para os papéis convencionais de esposa, sem uma orientação voltada para a política ou para o ativismo social.

Apesar de seu primeiro contato com a luta política acontece ainda jovem a partir da influência de sua mãe e avó que possuíam uma grande admiração pela figura do Luís Carlos Prestes, este que posteriormente viria a ser o chefe do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mas atuação e desenvolvimento da sua (auto)formação enquanto militante política acontece de fato

quando se casa com Francisco Julião, importante liderança na Zona da Mata de Pernambuco, através das Ligas Camponesas.

Alexina teve um papel importante como militante, na luta pela terra e na organização dos trabalhadores, ela rompe com toda uma origem burguesa da qual foi criada e toma a frente de fazer parte e assumir as atividades pertencentes às Ligas Camponesas. De acordo com Soares (2019), ela teve uma vida dedicada a diversas atividades, tanto em âmbito doméstico dentro de casa quanto no apoio a seu marido. Era de sua responsabilidade a de receber associados, datilografia de documentos para Julião, além de seu envolvimento com a organização.

Além das diversas funções e contribuições que desempenhou na luta ao lado de seu marido, Alexina teve um papel particularmente significativo atuando como enfermeira. Ela se dedicou ao cuidado dos trabalhadores rurais, que frequentemente chegavam a sua casa após sofrerem ferimentos nos confrontos com seus patrões. Foi através desse envolvimento direto com o tratamento dos feridos e o contato constante com as questões jurídicas que seu marido enfrentava, Alexina começou a aprofundar seu interesse pelos problemas sociais e políticos que afetavam a região. Observando a realidade brutal da desigualdade social e da violência que assolava o nordeste brasileiro, ela começou a se envolver mais ativamente com os temas relacionados ao comunismo.

Desde a década de 1950, participava de reuniões do Partido Comunista e manteve em sua casa por muito tempo documentações referentes ao partido sem que seu marido soubesse. O engajamento político de Alexina tornou-se progressivamente mais notável, especialmente com sua participação nas Ligas, que lhe proporcionou a oportunidade de interagir com líderes comunistas internacionais. Durante sua militância, Alexina adotou uma abordagem distinta em relação ao seu marido Francisco. Enquanto ele seguia uma linha política, Alexina acreditava firmemente que a verdadeira transformação só poderia ser alcançada através da revolução e da luta armada. Sua convicção de que a mudança profunda e imediata a levou a adotar uma postura mais radical (Soares, 2019, p.10)

Dessa forma, antes do golpe de 1964, Alexina envolveu-se ativamente em negociações para a entrada de armas no país e manteve contatos com líderes internacionais como Fidel Castro, Che Guevara e Mao Tsé-Tung. Ela acreditava que a guerrilha era o meio mais eficaz para implementar a reforma agrária em uma época em que as terras eram controladas economicamente e politicamente pelos usineiros, que mantinham os trabalhadores em condições quase de semiescravidão. (O Globo, 2012)

Em uma de suas viagens a Cuba, Alexina participou de um curso de guerrilha ao lado de suas filhas, que residiam no país desde 1962. Após essa formação, realizou um curso avançado em comunicação, focado no uso de códigos. Ao retornar ao Brasil, Alexina trouxe consigo a esperança de aplicar os conhecimentos adquiridos e as táticas aprendidas. Dessa forma, ela transmitiu essas estratégias para a ala radical das Ligas Camponesas, conhecida como grupo Tiradentes.

Em 1963, o casamento de Alexina e Francisco Julião chegou oficialmente ao fim. Apesar do término do relacionamento, Alexina permaneceu ativamente envolvida com as Ligas Camponesas, mantendo também estreito contato com o governo cubano. Foi durante uma de suas viagens entre Cuba e Brasil que a ditadura militar foi instaurada, forçando Alexina a buscar exílio em Cuba devido ao iminente risco de vida (Soares, 2019, p. 15).

Em Cuba, Alexina passou 10 anos ao lado de seus filhos, até que vislumbraram a oportunidade de se mudar para o Chile após a eleição do presidente Salvador Allende. Em 1972, conseguiu desembarcar no país andino. No entanto, em 1973, o Chile sofreu um golpe militar, e Alexina se viu novamente obrigada a buscar exílio, desta vez na Suécia, que aceitou seu pedido. Ela permaneceu na Suécia até 1979, quando a Lei da Anistia no Brasil possibilitou seu retorno ao país.

Em seu depoimento para o filme-documentário “Memórias Clandestinas”, Alexina relata sobre como foi o período em retornou a Recife após precisar se exilar para conseguir proteger sua família da perseguição implementada pelo Golpe.

Os antigos amigos com raríssimas exceções fugiam de nós para não serem taxados de comunistas e os inimigos rindo da nossa desventura. A casa da rua Cruz Macedo praticamente destruída e faço de conta que esta é mais uma etapa de uma longa viagem [...] Foi uma Recife estranha que cheguei, diferente no seu aspecto físico, empobrecida. (Paula apud Azevedo, 2007, vídeo).

O retorno da família para o Brasil foi marcado por desafios significativos, incluindo o desemprego e o estigma social que os acompanhava. A família assim como muitos outros, enfrentou a marginalização e a falta de apoio por parte da sociedade, que preferia ignorar suas histórias de resistência e sofrimento. Essa rejeição social levou a família a um silêncio forçado, convencida de que suas experiências eram indesejadas e que a maioria das pessoas não estava disposta a escutar ou entender a complexidade de sua trajetória como ex-exilados.

Assim, a partir da exposição da história dessas mulheres citadas e de outras que constam no mapeamento das presas e/ou perseguidas no regime militar em Pernambuco, é possível buscar compreender como e quais foram os processos formativos que estiveram presentes durante a construção de suas identidades enquanto mulher e militante. Mulheres diversas que através de experiências distintas atuaram ativamente na mobilização social pela retomada dos direitos democráticos no país.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres desempenharam papéis cruciais e variados durante o regime militar, superando os estereótipos tradicionais de gênero. Sua presença foi marcante em movimentos estudantis, partidos políticos, sindicatos e até mesmo na luta armada, desafiando tanto as normas sociais quanto a repressão autoritária. A pesquisa revelou como as trajetórias formativas dessas mulheres foram moldadas por uma educação política que emergiu da militância e foi utilizada como ferramenta de resistência e enfrentamento à repressão. O estudo demonstrou que a formação política não se limitou à educação formal, mas se construiu através das experiências de vida e da atuação política direta. Essas mulheres não apenas reagiram às adversidades, mas transformaram essas experiências em estratégias efetivas de oposição, destacando o papel essencial que desempenharam na luta pela democracia e pelos direitos humanos.

Por fim, acredito que a pesquisa desenvolvida contribui para a História da Educação na medida em que compreende que a educação/formação, não deve ser restringida a unicamente ao espaço escolar/universitário. Se faz necessário reconhecer e considerar a importância do desenvolvimento das práticas formativas a partir dos movimentos políticos, sociais e também através das instituições familiares. Através dessa perspectiva, a pesquisa destaca que o aprendizado não se restringe apenas aos métodos e currículos formais aplicados em escolas e universidades. Ao contrário, ela reconhece que a educação é um processo contínuo e abrangente, influenciado por diversos fatores e ambientes em que as pessoas estão inseridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Da militância política à constituição do ser professora: memórias revisitadas, histórias entrelaçadas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270001, 2022.

AZEVEDO, Maria Thereza. **Memórias Clandestinas**. 2007. 70 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j0wW2DCnN9o>.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; LIMA, Gabrielly Cavalcanti de. Yara Lúcia Brayner Mattos: entre a política, a educação e a nutrição. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 70, p. 86–98, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.67351. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/67351>. Acesso em: 15 ago. 2024.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, v. 10, n. 10, 13 jul. 2017.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

LACERDA, Diego Andrev de Aguiar. **A atuação dos comunistas no movimento estudantil de Pernambuco: da Frente do Recife ao AI-5 (1956-1968)**. 2017.

MONTEIRO, Helena Serra Azul. **Depoimento** realizado dentro da programação da II Jornada Pra Não Esquecer Jamais, realizada pelo Departamento de História - UFC, no dia 28 de março de 2012.

MONTEIRO, Helena Serra Azul. **Entrevista**: [maio.2013]. Entrevistadora: Athaysi Colaço Gomes. Fortaleza, 2013.

MATTOS, Yara Lúcia Brayner. Yara Lúcia Brayner Mattos: depoimento [out. 1986]. Entrevistador: E. M. Fernandes. Recife: PE, 1986. **Entrevista** concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

MELLO, Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque. **Ação Libertadora Nacional-ALN: trajetória de um grupo de militantes em Pernambuco (1968-1970)**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Depoimento** à Comissão da Verdade do Rio em 28 de maio de 2013 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Disponível em: [https://cnv.grauna.org.br/images/documentos/Capitulo4/Nota%2095%2000092\\_001463\\_2013\\_30%20Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20\(CEV-RJ\).pdf](https://cnv.grauna.org.br/images/documentos/Capitulo4/Nota%2095%2000092_001463_2013_30%20Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20(CEV-RJ).pdf). Acesso em: 13 ago. 2024.

PANDOLFI, Dulce. **Depoimento** prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2013/06/03/integra-do-depoimento-da-historiadora-dulce-pandolfi-a-comissao-estadual-da-verdade-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 10 ago. 2024.

PANDOLFI, Dulce. **Entrevista** ao “Projeto: Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/anexos/historia-oral-miolo.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Dos Santos, Maria Alessandra. Cadê as mulheres que estavam aqui? Análise do processo formativo de mulheres que atuaram em movimentos de educação popular, em Pernambuco, na década de 1960. In: XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE, 2020, Pernambuco. **Anais [...]** Pernambuco, 2020. p. 1-12. Disponível em: [https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eh2020/1602037662\\_ARQUIVO\\_4636ec1ed6975ba35cff956403501781.pdf](https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eh2020/1602037662_ARQUIVO_4636ec1ed6975ba35cff956403501781.pdf). Acesso em: 10 de ago. 2024.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Dulce Chaves Pandolfi**. Nº 19.032. 1971

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Helena Serra Azul**. Nº 18.855. 1971.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de M<sup>a</sup> Teresa Vilaça**. Nº 19.010.1974

RODEGHERO, Carla Simone; MACHADO, Vanderlei. Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura. História oral: **revista da Associação Brasileira de História Oral**. Recife, PE. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 2017) p.[33]-57, 2017.

SANTOS, Mylla Cauanny Andrade. Ana **Maria Santos Rolemberg Côrtes**: mulher, militante e mãe em contexto de repressão pela ditadura civil-militar. São Cristóvão, 2022. Monografia (licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022

SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE**: gênero, repressão e resistência durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Tese (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9577/2/arquivototal.pdf>. Acesso em 10 de ago. 2024.

SOUSA, Giulia Bianca Bacarin Fay de. **Mulheres contra a ditadura militar: violência de gênero, subversão de papéis e representação feminina (1968-1985)**. 41f. Monografia (Curso de História) – Centro de Ciências Humanas – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

VIEIRA, Iasmim de Araújo; LAGE, Allene. **Para além de quadros e salas**: os processos educativos em movimentos de mulheres do campo potencializando a luta política contra a subalternização da mulher. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012.

\*\*\*

Artigo recebido em agosto de 2024. Aprovado em outubro de 2024.